



2 DE ABRIL DE 2020

A reinvenção do capitalismo em tempos de crise (os ricos vão pagar parte da conta desta vez?)

Por Andrés Ferrari e André Moreira Cunha, professores do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS

Os economistas criaram uma ilusão ...

A Economia é uma ciência que nasceu junto com a conformação das modernas sociedades de mercado. Seus pioneiros estavam preocupados em explicar o que determinava a “riqueza das nações” em um contexto social novo, no qual os indivíduos estavam se libertando das amarras da tradição e do poder centralizado das monarquias absolutistas. Adam Smith e seus herdeiros ensinaram que a prosperidade era tributária do auto interesse. Livres para buscar o lucro em mercados abertos e em expansão, os empreendedores poderiam alocar os escassos recursos da sociedade de forma mais eficiente. Seu sucesso individual se traduziria em ganhos coletivos, não porque este fosse o seu objetivo original, mas por força das interações mercantis. A concorrência forçaria para “fora” os menos eficientes e os que abusam de sua posição para cobrar preços muito elevados. Tal força também atrairia para “dentro” os inovadores e os empreendedores.

No mundo vislumbrado pelos economistas, as engrenagens dos mercados só funcionam quando há plena liberdade para que os preços dos bens e serviços se ajustem de acordo com as próprias oscilações da oferta e da procura. Os mercados garantiriam não apenas a maior eficiência produtiva, como, também, o pleno emprego dos recursos produtivos. Eventuais crises por excesso (ou falta) de produção poderiam ser corrigidas pelas variações de preços. Ao Estado caberia o papel de proteger a propriedade privada, garantir a estabilidade monetária e prover a segurança nacional. A preservação das liberdades políticas individuais seria indissociável da manutenção do livre-mercado.

A descrição anterior, por mais caricatural que possa parecer, reflete convicções fortemente arraigadas nas almas de muitos economistas. Porém, tais certezas são colocadas em xeque de tempos em tempos, particularmente quando a força da realidade se impõe sobre as amarras das ideologias. A primeira metade do século XX foi um período marcante neste sentido. Duas grandes guerras mundiais, que deixaram por rastro a morte de 100 milhões de pessoas, a ascensão de regimes totalitários com distintas colorações ideológicas e a Grande Depressão, foram fenômenos que sacudiram as crenças em torno da eficiência dos mercados e de sua capacidade de garantir *per se* a reprodução social. Isto abriu espaço para o avanço de reformas que ampliaram a inclusão social e recuperaram a vitalidade econômica. O capitalismo foi reinventado, para a surpresa dos seus críticos e também dos seus defensores. O Estado ampliou seu papel como regulador dos mercados e provedor de bens e serviços.

No plano da Economia, esta nova conformação foi facilitada pela existência de reformistas liberais com alta capacidade de formulação teórica, particularmente o economista inglês John Maynard Keynes. Defensor da democracia liberal e crítico do estatismo soviético, Keynes reformulou a teoria econômica e demonstrou que o equilíbrio com pleno emprego não era um resultado garantido tal qual proposto pelos economistas clássicos. Pelo contrário, o desemprego era uma ameaça permanente, pois os agentes econômicos tomam decisões de gasto em condições de incerteza sobre o comportamento futuro das economias. Em tempos onde o pessimismo prevalece, cresce a demanda por proteção contra tal horizonte negativo. A demanda por moeda (ou outros ativos líquidos e seguros) se eleva como meio de mitigar tais apreensões, o que reduz a demanda por bens que geram emprego.

Para quebrar o círculo vicioso onde apreensões quanto ao futuro geram menor gasto privado, especialmente de investimentos produtivos, Keynes sugeriu a adoção permanente de políticas de regulação da demanda por meio do ativismo estatal (“política fiscal”). A “eutanásia” dos rentistas (ou manutenção de taxas de juros baixas), a “socialização dos investimentos” (saneamento,

habitação, construção de estradas, portos, ferrovias etc.) e a adoção de políticas redistributivas (tributação progressiva, previdência social, saúde e educação com financiamento público integral e de caráter universal etc.) ajudaram a moderar os desequilíbrios produzidos pelos mercados. Com isso, os países de alta renda viveram a sua “idade de ouro” no pós-guerra.

O aparente consenso do pós-guerra não pôs fim ao debate em torno dos limites do papel do Estado. Em seu último livro, Iordá Skidelsky (“Money and Government”, 2018, p.138) enfatiza que “... a questão do tamanho e do papel do Estado foi uma linha divisória entre a direita e a esquerda. A direita queria um Estado menor para proteger a liberdade e a propriedade; a esquerda queria um Estado maior para limitar o que percebiam ser os aspectos predatórios do capitalismo”. De fato, se a visão do capitalismo regulado foi predominante no quarto de século que se seguiu à Segunda Guerra, ela entrou em ocaso a partir dos anos 1970. A aceleração inflacionária e o retorno do desemprego tornaram a retórica neoliberal atraente no mundo ocidental desenvolvido.

Desde o final dos anos 1940, intelectuais como von Mises, Hayek e Friedman criticavam a ortodoxia Keynesiana e a socialdemocracia, considerada a antessala do socialismo. Argumentavam que a intervenção do Estado só produziria ineficiência e inflação, o que parecia ser o caso nos anos 1970. Ao invadir o mundo das decisões privadas, o Estado comprometeria o espírito empreendedor privado e a própria democracia liberal. Desde então, as reformas estruturais anti-Estado fizeram com que as redes de proteção social (previdência, saúde e educação públicas, universais e gratuitas etc.) tenham sido enfraquecidas. Da mesma forma, a desestruturação do poder sindical, o afrouxamento da regulação financeira e adoção de reformas tributárias regressivas fizeram com que as rendas do trabalho tenham sido contidas e os ganhos de capital tenham disparado. Como nos demonstra Thomas Piketty[1] em suas pesquisas exaustivas e admite o guru das finanças fundamentalistas, Warren Buffett, os ricos ganharam a guerra de classes[2]. Em muitos países, a pandemia chegou exatamente no momento em que os Estados estavam vulneráveis para atuar. A ilusão de que os mercados podem regular as sociedades foi construída pelos economistas neoliberais. Será que ela resistirá ao poder disruptivo da sequência de crises dos anos 2000?

... o vírus e os mercados estão se vingando

Tal como os eventos traumáticos do entre as guerras, a crise financeira de 2007-2009 (CFG), os conflitos entre Estados Unidos e China e a pandemia do COVID-19 são eventos contemporâneos que têm o potencial de produzir novos arranjos institucionais e políticas públicas. Todos eles revelam os limites que a reprodução da vida social se defronta quando a mercantilização se torna excessiva. Os ecos das obras de autores como Karl Polanyi (“The Great Transformation”, 1944) e Keynes voltam a rondar os analistas contemporâneos.

É isto o que revela a análise do economista Luigi Zingales[3], professor de finanças na escola de negócios da Universidade de Chicago. A assim-chamada escola de Chicago liderou o ataque ao capitalismo regulado do pós-guerra e lançou as bases para as reformas neoliberais implementadas nos últimos quarenta anos. Depois da CFG, Zingales[4] passou a alertar para a fragilidade política da defesa das finanças desreguladas. Isto porque, a crise revelou, uma vez mais, que a disciplina da concorrência dos mercados livres funcionaria somente para as pessoas comuns e as empresas de menor porte, ao passo que as instituições financeiras, as grandes corporações e os ricos seriam protegidos pela mão visível do Estado. Na medida em que essa percepção se dissemina na sociedade, abre-se espaço para o avanço de retóricas populistas e antiliberais[5]. Caberia à regulação estatal separar a parte “boa” da “má” no complexo mundo das finanças.

No caso da pandemia do COVID-19, Zingales defende a estratégia de isolamento social e o uso da lógica da “economia de guerra”. Para tanto, lança mão de um cálculo estritamente econômico: o isolamento salva vidas e reduz os impactos econômicos da crise. Vale dizer, o custo das vidas perdidas sobre a geração futura de riqueza é maior do que o custo econômico de curto prazo da redução no nível de atividades. Zingales parte da estimativa oficial do quanto “vale” uma vida humana nos Estados Unidos (valor que oscila entre U\$S 7 milhões e US\$ 10 milhões), de acordo com a Agência de Proteção Ambiental. Tal métrica informa a realização de políticas públicas que buscam, por exemplo, limitar a emissão de poluentes. Assim, segue Zingales, salvar a vida de 800 mil a um milhão de pessoas poderia “poupar” o equivalente a um terço do PIB do país[6]. Tal custo não seria significativamente maior do que o de parar parcialmente o país por três ou quatro meses. O economista de Chicago reconhece que suas estimativas são preliminares e imprecisas. O importante é perceber a gravidade da situação e que ela não se corrige por meios estritamente mercantis.

Zingales também aponta a importância de conter os efeitos da pandemia de forma tempestiva e organizada. Para ele, países com governos eficientes, como Coreia do Sul, Taiwan e Singapura poderão ter impactos econômicos e humanitários reduzidos em comparação com países que perderam competências estatais, como Itália e Espanha. Na sua percepção, o retardo em agir ampliaria os custos econômicos. Argumento semelhante foi levantado pelo prestigiado analista Fareed Zakaria[7]. Para ele, o desmonte das competências estatais após décadas de neoliberalismo deixou o governo federal estadunidense menos capaz de responder à emergência da pandemia em curso.

Zingales é um liberal que defende que os governos sejam “organizados”. No livro escrito com Raghuram G. Rajan, “Saving Capitalist from Capitalists” (2003), que antecede à CFG, há a defesa de reformas que realinhem o sistema do viés pró-ricos para outro onde as forças de mercado possam, de fato, entregar prosperidade para o conjunto da sociedade[8]. Por isso a regulação financeira seria importante. Ademais, em suas análises mais recentes, emerge a centralidade da manutenção de redes robustas de proteção social e de administrações competentes, ambas as características capazes de tornar as sociedades mais resilientes aos choques inerentes ao funcionamento dos mercados. Países que as mantiveram estão lidando melhor com os efeitos do COVID-19.

Zingales avança e sugere que o contexto atual, excepcional em todos os sentidos, demandaria um esforço típico de uma “economia de guerra”, onde o importante no curto prazo é vencer o inimigo. Assim, o combate aos efeitos humanitários e econômicos do COVID-19 torna-se o objetivo central. Por isso mesmo, defende a criação de um programa de renda universal capaz de dar tranquilidade para que as famílias permaneçam em casa. Para ele, o pacote de US\$ 2 trilhões aprovado pelo Congresso dos EUA não sinalizaria neste sentido, na medida em que não compensaria a renda que será perdida pelas pessoas e, tampouco, criaria mecanismos de transferências de recursos entre gerações (dos mais velhos para os mais jovens) e dos mais ricos para os mais pobres.

Para Zingales, o pacote de contenção da crise tende a acentuar as distorções distributivas prévias, pois enfatiza os subsídios às empresas e não a manutenção da renda das famílias. Para ilustrar o seu ponto, o economista italiano estima que se os US\$ 2 trilhões fossem integralmente distribuídos entre as pessoas físicas, cada estadunidense teria direito a US\$ 6 mil ou que significaria, em média, US\$ 24 mil por família. Todavia, as medidas aprovadas pelo Senado indicam um aporte por família que é 1/20 daquele montante (US\$ 1,2 mil). Por decorrência, Zingales denomina a política estadunidense de “socialismo corporativo”. Assim como em 2007-2009 e nos anos que se seguiram à CFG, os interesses particulares de grupos de pressão do mundo dos “grandes negócios” se impuseram. Sem uma rede de proteção social robusta e eficiente e sob a batuta da plutocracia, o gasto fiscal, que não é desimportante, tenderia a gerar resultados abaixo do seu potencial.

Este problema torna-se ainda mais importante na medida em que o confinamento é necessário, mas insuficiente para lidar com os efeitos da crise. A recuperação do nível de atividades, do emprego e da renda vai demandar a ação mais eficiente e profunda dos governos[9]. No caso dos Estados Unidos, predomina a desorganização. Esta não é intrínseca ao funcionamento estatal, mas é o resultado de um longo processo de deterioração da governança, como argumentado por Fareed Zakaria e demonstrado por Stiglitz[10], e de captura do Estado pelos interesses dos ricos. Este ponto é crítico, pois nos anos que seguirão a agenda da tributação das grandes fortunas voltará ou centro do debate público. Assim como a gestão da moeda, do crédito e das contas públicas a partir de uma nova perspectiva teórica e moral.

Zingales conclui que as políticas redistributivas podem auxiliar na vida de todas as pessoas, porém, tendem a ser ainda mais importantes para os próprios ricos. Ao assegurar a reprodução estável da sociedade, são preservados, também, os mecanismos de mercado que permitem a acumulação da riqueza. A despeito da decantada teoria da meritocracia, Zingales afirma o que é óbvio para qualquer observador atento da realidade capitalista: a produção da riqueza é um processo social; sem consumidores aptos e dispostos a adquirir bens e serviços, os empreendedores “bem-sucedidos” não têm como realizar os seus lucros[11].

Como nos ensinaram Keynes e Polanyi, destruir a sociedade não parece ser a forma mais inteligente de se ganhar dinheiro no longo prazo. No passado, a elite econômica entendeu essa lição – ou foi forçada a aceitá-la – e o capitalismo foi reformado. Alguns anéis foram perdidos no curto prazo, mas o crescimento com estabilidade social revelou-se um jogo de soma positiva entre os anos 1950 e 1970. Nos últimos quarenta anos, o capitalismo socialmente regulado deu lugar a uma forma mais pura e, por isso mesmo, mais regressiva e instável. Resta saber se as lições do presente permitirão um horizonte menos cinza para as futuras gerações.

[1] Ver: “Capital in the Twenty-First Century” (2014) e, principalmente, “Capital and Ideology” (2020).

[2] *In verbis*: “Actually, there’s been class warfare going on for the last 20 years, and my class has won. We’re the ones that have gotten our tax rates reduced dramatically. If you look at the 400 highest taxpayers in the United States in 1992, the first year for figures, they averaged about \$40 million of [income] per person. In the most recent year, they were \$227 million per person — five for one. During that period, their taxes went down from 29 percent to 21 percent of income. So, if there’s class warfare, the rich class has won.” Ver: https://www.washingtonpost.com/blogs/plum-line/post/theres-been-class-warfare-for-the-last-20-years-and-my-class-has-won/2011/03/03/gIQApafBAl_blog.html. Em 2011, Buffet admitiu que os ricos estadunidenses não pagavam impostos adequadamente. Neste mesmo ano a administração Obama tentou criar uma taxa mínima de 30% sobre os estadunidenses que ganhavam mais de US\$ 1 milhão, o que atingiria apenas 0,3% dos contribuintes. A assim-

chamada “Regra Buffett” foi repudiada no Congresso por iniciativa da bancada Republicana. Para uma análise mais detalhada, ver: Progressive Wealth Taxation, September, 2019, de Emmanuel Saez e Gabriel Zucman (https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2019/09/Saez-Zucman_conference-draft.pdf).

[3] Ver a sua entrevista na BBC Brasil: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52079780>. E, também, seu livro “A Capitalism for the People: Recapturing the Lost Genius of American Prosperity”, 2014.

[4] Ver: Zingales, L. Does Finance Benefit Society? NBER Working Paper n. 20894, January 2015.

[5] Esta mesma percepção aparece em cientistas políticas defensores dos mercados e das democracias liberais, ainda que conscientes dos desequilíbrios na distribuição contemporânea do poder. Ver, por exemplo, Fukuyama, F. “Identity: The Demand for Dignity and the Politics of Resentment”, 2018; Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, “How Democracies Die”, 2018.

[6] Em um debate recente, Zingales afirmou para o caso dos EUA: “But if we reach the level of Wuhan, where there was an undercapacity of hospitals, then the death rate could be 3 percent, and that means 800,000 people or more who die. We economists have this terrible habit of putting a value on life. And the statistical value of a life is considered roughly \$9 million. So that would be a \$7.2 trillion cost. That represents one-third of the US GDP. So, even if you were a purely cynical guy, you would understand that slowing down this epidemic is worth paying an economic cost, a cost to the economy.” (<https://review.chicagobooth.edu/economics/2020/article/capitalism-t-capitalism-t-coronavirus>).

[7] “When a crisis hits the United States, the country’s general instinct is to rally around the flag and wish the best for its leaders. That’s probably why President Trump has seen his approval ratings rise, even though he has had a delayed and fitful approach to this pandemic. But at some point, we Americans must look at the facts and recognize an uncomfortable reality. The United States is on track to have the worst outbreak of coronavirus among wealthy countries, largely because of the ineffectiveness of its government. This is the new face of American exceptionalism.” (<https://fareedzakaria.com/columns/2020/3/26/1qman0ob7lzsimgcqohexakvzznn3q>).

[8] Dizem os autores: “Because the free market system is so weak politically, the forms of capitalism that are experienced in many countries are very far from the ideal. They are a corrupted version, in which powerful interests prevent competition from playing its natural, healthy role.”

[9] Krugman sugere para os EUA no cenário pós-pandemia um programa permanente de investimentos públicos em infraestrutura adicionais aos atuais em dois pontos percentuais do PIB por ano. Ver: “The case for permanent stimulus” (<https://www.nytimes.com/2020/03/07/opinion/the-case-for-permanent-stimulus-wonkish.html>).

[10] Ver: “People, Power, and Profits – Progressive Capitalism for an Age of Discontent”, 2019.

[11] Diz Zingales com foco no caso do Brasil: “Vejo uma provável necessidade de criar impostos sobre grandes fortunas, porque, durante guerras, seus meios de financiar um país são basicamente imprimindo dinheiro ou criando alguma maneira de taxar riquezas. Sou sempre contrário a esse tipo de solução em tempos comuns, mas, em situações extremas, essa pode ser a forma para resolver. Isso traria o benefício de salvar o país do desespero, um bem público geral. Mas quem ganha mais com isso são os ricos, porque não só salvam suas vidas como também preservam muito do valor de sua riqueza. Parece contraditório, mas é simples: imagine um país que perdeu um percentual grande de sua população, um monte de coisas simplesmente perdem o valor ali já que a demanda cai drasticamente. Então, em uma situação como essa, é preciso ao menos criar esse imposto sobre fortunas para poder ser mais agressivo em custear uma redistribuição de renda que permita o confinamento da população.” – <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52079780>

🔔 **INFORMAR ERRO**

📄 **ANÁLISE: CONJUNTURA NACIONAL E CORONAVÍRUS**

ARTIGO

